

**A SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA DOS CAMPONESES
ASSENTADOS: A DINÂMICA DE PRODUÇÃO DE PEPINOS NO PONTAL
PARANAPANEMA – SP**

Maria Aparecida Martins dos Santos¹
Daniel Christante Cantarutti²
Giovana Carolina de Souza Oliveira Soares³
Gabriel Pereira⁴
Carlos Alberto Feliciano⁵

Resumo: O trabalho fomenta apresentar resultados de pesquisa realizados e desenvolvidas pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS). A pesquisa compreendeu em realizar um levantamento quantitativo e qualitativo na região do Pontal do Paranapanema localizada no Oeste do Estado de São Paulo das famílias integradas na produção de pepinos, na qual analisamos e problematizamos as relações de subordinação do trabalho e as formas de renda dos assentados nesta região, sendo estas encontradas nas dinâmicas de produção subordinadas pela empresa *Refricon Mercantil*. Neste sentido o objetivo do trabalho é conduzido por entender a formação do campesinato e as contradições no processo de luta pela terra na região do Pontal e contextualizar a chegada da empresa nos assentamentos, descrevendo as alterações nas rotinas de trabalho, a intensificação do uso de agrotóxicos para a produção dos pepinos e a as formas de subordinação da renda. Nesse contexto, a lógica da empresa *Refricon* é oferecer por meio dos seus “atrativos” o controle do tempo, da produção e as técnicas de trabalho do camponês, no sentido que as formas de subordinação acontecem indiretamente, ou seja, a empresa se apropria da terra com a ideia de gerar renda ao camponês, com a produção de pepinos.

Palavras – chave: Campesinato; produção; trabalho; renda.

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus Presidente Prudente. Graduanda em bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus Presidente Prudente.

Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – Presidente Prudente. *E – mail:* maria_martins@live.com.

² Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus Presidente Prudente. Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – Presidente Prudente. *E – mail:* danielcantarutti@hotmail.com.

³ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus Presidente Prudente. Graduanda em bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus Presidente Prudente.

Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – Presidente Prudente. *E – mail:* giovana.oliveira95c@gmail.com.

⁴ Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus Presidente Prudente. Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – Presidente Prudente. *E – mail:* sgazinho@gmail.com.

⁵ Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus Presidente Prudente.

Introdução

O trabalho⁶ irá apresentar os resultados de pesquisa realizada pelo Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) e o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)⁷. A pesquisa compreendeu em realizar um levantamento quantitativo e qualitativo da produção de pepinos na região do Pontal do Paranapanema (oeste do Estado de São Paulo) acompanhando a espacialização da empresa *Refricon Mercantil* na região analisando a subordinação do camponês que está submetido ao tempo de produção e trabalho do pacote tecnológico da empresa com a ideia de renda ao camponês.

Neste sentido procuramos com este artigo entender a formação do campesinato e as contradições no processo de luta pela terra na região do Pontal e contextualizar a chegada da empresa nos assentamentos, descrevendo as alterações nas rotinas de trabalho e a intensificação do uso de agrotóxicos para a produção dos pepinos.

Nossa metodologia de pesquisa consiste em trabalho de campo em 19 assentamentos com entrevistas semiestruturadas realizadas com 141 famílias envolvidas em diversos estágios e ciclos da produção na produção de pepinos, devemos mencionar que até o momento realizamos um mapeamento de cem por cento das famílias integradas, porém, a dinâmica de produção é contínua famílias desistem e se integram a cada nova safra. Levantamos informações no formato de registros de áudios e imagens georreferenciadas que foi materializada em mapas temáticos. Para essa discussão, levantamos uma amostragem de entrevistas a partir de palavras chaves essenciais para entender o objetivo deste artigo: **agrotóxicos, saúde e alterações no trabalho**.

Esta metodologia nos permite analisar como as famílias assentadas estão vivenciando em suas terras o processo de monopolização do território pelo capital, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a subordinação da renda terra e do trabalho.

Destacamos importante considerar que parte do texto foi escrito segundo sínteses de entrevistas que obtivemos em campo, neste sentido, articularemos abaixo a bibliografia que consultamos e o resultado das entrevistas para podermos dar voz aos nossos sujeitos de estudo.

Campesinato e a formação territorial da região do Pontal do Paranapanema

O processo de origem da formação do campesinato brasileiro esta diretamente relacionada com a formação da questão agrária no Brasil no período colonial com a ocupação de terras em sesmarias que destinou grandes quantidades de terras nas mãos de poucos fazendeiros, excluindo as populações indígenas e invadindo o território em que eles viviam. A concentração de terras nas mãos de sesmeiros e depois de grandes proprietários impôs aos camponeses uma posição de subordinação social, econômica e política desde o início (MARQUES, 2003).

Além disso, relaciona-se com essa forma de concentração de terras em grandes fazendas, sendo esse período marcado pelo trabalho escravo, e os camponeses tendo a função de produzir alimentos para o consumo interno. Em 1850 com a promulgação da Lei de Terras – que proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra – se impõe ao campesinato novas condições para sua existência, pois se dá

⁶ Trabalho escrito sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano.

⁷ Grupos de pesquisa vinculados a FCT/UNESP – Presidente Prudente sob a coordenação do Prof. Dr. Antônio Thomaz Junior.

início a forma de propriedade privada pelo modo capitalista, onde o camponês pobre não consegue se estabelecer na terra por meio da posse, o direito de propriedade que então define a terra como mercadoria em nossa sociedade serve a duas formas contraditórias de apropriação, a familiar camponesa e a capitalista (MARQUES, 2003).

A inserção do modo capitalista faz com que o camponês que não tem o direito a posse da terra e que passa a ter de vender sua mão de obra ao capital a se caracterizar como migrante no decorrer do século XX, pois para que ele viva na terra e venda sua mão de obra ao capitalista surge à necessidade de migrar para outros locais para trabalhar, segundo Oliveira (1999) “agora a subordinação acontecia pela venda de sua força de trabalho ao fazendeiro-capitalista”. E ainda somasse a essa configuração o camponês que é proprietário de terra em pequena porção que por incentivos do Estado passa a migrar para outras regiões do país com objetivo de ocupa-las e povoa-las e assim poderem trabalhar na terra sem se submeter ao capital.

Em toda a história de formação da questão agrária no Brasil e do processo do campesinato se tem dois fatores presentes; à violência por parte dos que se dizem donos das terras e a luta por parte daqueles que são expulsos da terra ou que querem ter o direito a terra, isso desde a luta dos povos indígenas, dos escravos no quilombo de Palmares, na Guerra de Canudos. Essa configuração do campo resulta a partir de 1945 ao surgimento das “Ligas Camponesas” que segundo Oliveira:

As Ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, a expulsão da terra e ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados e organizaram dezenas de milhares de camponeses. Tem origem nos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, que faz com que as lutas no campo comecem a se intensificar e ocorrer conflitos por disputas por terras e direitos. (Fernandes, p.22, 1999).

Mas com o golpe militar de 1964 todos os movimentos populares passam a ser alvo de perseguição do Estado o que leva a conflitos muitos mais violentos no campo.

Nesse período surge o Estatuto da Terra, que tinha proposta de realizar a Reforma Agrária, que na realidade era uma forma de colonizar áreas de fronteiras e modernizar a agricultura familiar. Em 1975 é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surge como instrumento de denúncia da violência vivenciada no campo, isso faz com que a luta camponesa continue a lutar pelos direitos e se soma a isso a necessidade pela Reforma Agrária.

No ano de 1984 é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passa a lutar pela terra, pela permanência nela e pela desapropriação de terras oriundas de grileiros. Consolidam-se como movimento social autônomo composto por trabalhadores do campo e da cidade. A partir dos anos 1990 o MST passa a ganhar força nacionalmente intensificando por todo o território nacional a luta pelo acesso e permanência na terra defendendo a realização da reforma agrária.

Paralelamente a esse contexto nacional de formação e organização do campesinato brasileiro, tem-se o processo de formação e organização do campesinato na região do Pontal do Paranapanema, que nesse contexto se faz pela breve retomada da trajetória histórica da região que contribui para a compreensão da configuração atual.

A região do Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo Oeste do Estado de São Paulo, que pode ser entendido segundo Feliciano (2009) como uma fração do território capitalista disputada por classes distintas de uma mesma sociedade, por

entender que a formação dessa região desde seus primórdios se dá de forma violenta e atendendo a interesses de classes distintas.

Inicialmente o território compreendido como Pontal do Paranapanema era morada de diversos grupos indígenas que foram “varridos” de forma violenta da região por grileiros e posseiros. Tendo obtido sucesso no extermínio indígena posseiros e grileiros passam a disputar entre si as terras da região gerando novos conflitos que tinham por objetivo justificar quem eram os donos daquela terra. Assim para comprovarem-se como donos legítimos das terras realizaram-se muitos “grilos” assim a ocupação fundiária da região fundamentou-se, basicamente, na grilagem de terras, sendo este um processo de falsificação de documentos das propriedades.

A partir desse contexto de lutas que contribuem para constituição do território do Pontal, somando-se a conjuntura nacional da questão agrária (já tratada acima no texto), buscando mudar essa realidade vivenciada na região surge o MST com ações e ocupações de terra causando impacto sócio- territorial (Fernandes, 2001), a primeira ocupação de terras ocorreu em julho de 1990 no município de Teodoro Sampaio.

Por meio da realização de trabalho de base, organizações de ocupações de terras contribuíram para pressionar o Estado a desapropriar áreas ocupadas por latifundiários (grileiros). Assim o período de 1990 a 2000 foram anos de intensos e violentos conflitos entre camponeses por meio do MST e fazendeiros, que ganharam visibilidade nacional e caracterizaram o Pontal como uma das regiões do país com os maiores conflitos agrários, mas também foi um período de conquistas, no qual houve a criação de diversos assentamentos na região, ao longo da década de 1990 ocorreram 380 ocupações de terras, com a participação de 62.105 famílias sem-terra; em relação às áreas obtidas, foram 79 assentamentos rurais e 4.085 famílias assentadas (ORIGUÉLA, 2012).

As lutas ocorridas e as conquistas alcançadas hoje se consolidam como assentamentos e como continuação da luta por meio do MST e de outros movimentos que surgiram no decorrer dos anos. Dessa forma a luta continua com a conquista e o acesso a terra, passe-se a se ter a luta pela conquista de direitos e pelo acesso a serviços públicos de qualidade nos assentamentos do pontal, e, além disso, políticas que contribuam para o avanço dos assentamentos no sentido de permanência e de reprodução do campesinato.

Nos últimos anos por meios das políticas públicas que foram criadas nos governos Lula e Dilma houve o melhoramento das políticas que atendem os assentados e de acesso a serviços públicos como educação e saúde, esse melhoramento não era o ideal ainda, mas era o que contribuía para continuação da reprodução do campesinato. Com o golpe que trouxe como consequência o desmonte do Estado e junto a isso o fim de diversas políticas públicas, os camponeses buscam agora lutar pela sua permanência e continuar resistindo no campo, por meio da busca de outras alternativas o que os leva a situação de dois séculos atrás quando o camponês passa novamente a subordinar o seu trabalho, mas agora não está sendo subordinado por fazendeiros, ele agora é subordinado a empresa, que vem cada vez mais avançando no campo brasileiro.

Sobre a empresa *Refricon Mercantil*

A empresa *Refricon Mercantil S/A* atua a 28 anos na área de produtos alimentícios vegetais processados, cujos clientes são geralmente grandes empresas do setor alimentício do país. Entre elas encontra-se: fábricas alimentícias, hospitais, autosserviços, restaurantes, cafeterias, escolas, pizzarias, cozinhas industriais e *fast foods*, sendo fornecedora oficial de produtos vegetais ao McDonald’s Brasil, seu

principal cliente. A Companhia possui várias unidades distributivas espalhadas pelo território nacional, contando com técnicos especializados, uma moderna linha de equipamentos que permitem uma quase total automatização da produção, cuja tecnologia fora importada de países como Austrália, Inglaterra, Japão, Holanda, Estados Unidos e Nova Zelândia.

Fundada em 1990, no município de Itapeçerica da Serra, interior de São Paulo, a empresa surgiu para atuar no ramo de alimentos vegetais processados. Em 1991, é inaugurada uma nova unidade da mesma, também no interior de São Paulo, desta vez no município de Arujá. No ano de 2002, Bataguassu, município do interior do Mato Grosso do Sul, é escolhido para a instalação de uma nova filial voltada para a produção de alimentos vegetais em conserva. Em 2008, com o objetivo logístico de atender a região nordeste, é inaugurada uma unidade em Recife, Estado de Pernambuco. Em 2010, Registro, no interior de São Paulo, é escolhido para sediar mais uma unidade. E por fim, no ano de 2012, a Refricon Mercantil, adquiri a empresa Cozinha Fácil, aumentando sua atuação na Região Sul do país.

Dentre todas as unidades a de Bataguassu - Mato Grosso do Sul - é a que tem maior atuação na região do Pontal do Paranapanema, uma vez que, estão voltadas para a produção de conservas, tais como picles de pepino e vegetais, pepininho *cornichon*, *relish*, e pimentas variadas como *biquinho*, dedo-moça e Jalapeño, adquirindo boa parte dos alimentos para tal, através de “parcerias” com assentados rurais da reforma agrária da região.

A empresa no ano de 2015, segundo Benini e Feliciano (2016), passou a desenvolver no Assentamento São Paulo uma área experimental para a produção de pepinos para conserva. As famílias que participaram da área experimental deveriam antes de tudo possuir poço artesiano, devido à grande quantidade de água necessária neste cultivo, além de reservar uma área de um hectare para plantio de 4 mil pés da planta. O escoamento da produção até a empresa Refricon de Bataguassu, fica todo por conta dos produtores, que se organizam coletivamente para arcar com os custos do transporte. Neste sentido, quanto mais famílias produzindo dentro de um mesmo assentamento, conseqüentemente menor será o valor do frete, o que acaba se tornando um atrativo a novas famílias ingressarem nesta cultura.

Fotografia (01, 02 e 03): Cultivo de pepinos em seus estágios





Fonte: Trabalho de Campo, Data/CETAS.

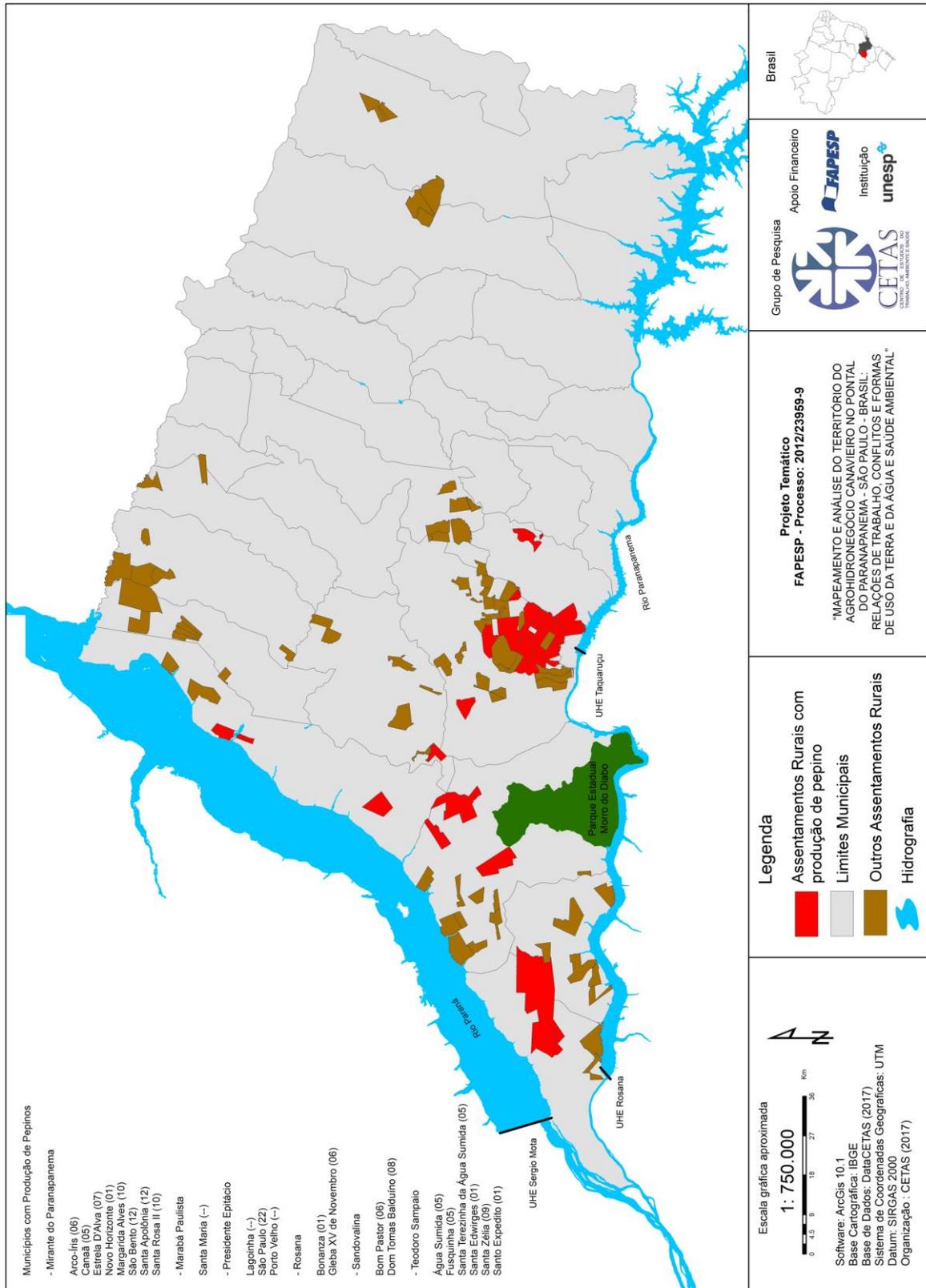
Além da área experimental, hoje a produção abrange 19 assentamentos (**tabela 01**) de Reforma Agrária, envolvendo 141 famílias em municípios como Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, e mais recentemente Rosana (**mapa 01**).

Tabela 01: Número de famílias assentadas produzindo pepinos para conserva no Pontal do Paranapanema (2015-2018)

Município	Assentamentos	Nº de famílias envolvidas no cultivo de pepino	Total de famílias envolvidas por município
Teodoro Sampaio	Água Sumida	5	26
	Santa Teresinha da Água Sumida	5	
	Fusquinha	5	
	Santa Zélia	9	
	Santo Expedito	1	
	Santa Edwiges	1	
Presidente Epitácio	São Paulo	22	22
Mirante do Paranapanema	Santa Rosa II	10	58
	Margarida Alves	12	
	São Bento	6	
	Canaã	5	
	Estrela Dalva	7	
	Arco Iris	6	
	Santa Apolônia	12	
	Dona Carmem	3	
Sandovalina	Guarani	8	14
	Bom Pastor	6	
Rosana	Gleba XV de Novembro	17	18
	Bonanza	1	
TOTAIS	19	141	

Fonte: DataCETAS: Pesquisa de Campo (2015-2018).

Mapa (01): Assentamentos produzindo pepinos para conserva no Pontal do Paranapanema (2015-2018)



Fonte: Data/CETAS, 2018.

Neste último município, a produção e a “parceria” com a empresa foram incentivadas por um dos vereadores locais. Sem dúvida alguma, a área experimental iniciada em 2015 com cinco produtores no assentamento São Paulo, surtiu efeito e lucro há empresa, uma vez que, de lá para cá, tem se intensificado o cultivo desta cultura em vários assentamentos de toda a região.

“A expansão foi tão significativa que os pepinos produzidos em Bataguassu estão sendo comprados com exclusividade por uma das maiores empresas de comidas *fast food* do país – McDonald's, abastecendo 490 restaurantes da rede. A expressão dessa nova cultura também se refere ao crescimento as demais indústrias do gênero alimentício, que também estão sendo abastecidas pelos pepinos produzidos no município, tais como: a empresa também *de fast food*, *Burger King e Unilever Best Foods*. Além de se projetarem com grande expressividade no mercado brasileiro, os pepinos já alcançaram o mercado exterior, sendo exportados diretamente para o Uruguai e Paraguai”. (Jornal *perfilnews*. Publicado na data: 17/07/2007).

O fato da safra do pepino ser rápida é outro ponto que em muito atrai os assentados a buscar esta alternativa. A variedade de pepino SASSY Híbrido, tem toda sua safra em 90 dias apenas, com retorno ao trabalhador a cada 15 dias após o início da colheita. Em outras culturas, como o urucum ou mandioca brava, por exemplo, a safra se estende durante todo o ano.

O primeiro contato do assentado com a empresa, geralmente se dá através de um dos seus técnicos. Por muito, notamos em entrevistas de campo, a presença de um contrato apenas verbal. Foi somente nos últimos assentamentos visitados, especialmente do município de Rosana, que vimos à presença de contratos por escrito, inclusive assinados e reconhecidos em cartório.

Neste contrato, tanto verbal, quanto escrito, a empresa compromete-se a vistorias e apoio técnico semanal, além da garantia de compra integral da produção, desde que esta estivesse de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos. O produtor, por sua vez, não poderia extraviar o produto, e inclusive, não poderia manter roça de outras culturas, que por ventura pudessem interferir no desenvolvimento do pepino.

Quando o produtor realiza a entrega dos produtos, ocorre uma inspeção para identificar quais estão de acordo com as normas da empresa, e quais não serão aceitos. Segundo essas normas, o pepino não pode estar murcho, e não pode estar pequeno ou grande demais. A circunferência, ou bitola como é popularmente conhecida, não pode ultrapassar a medida determinada de aproximadamente 4,5 centímetros. Os produtores relatam que toda entrega existe um número alto de descarte, chegando a 15, 30, e até 70%. Ninguém sabe ao certo para onde vai todo esse pepino “descartado” pela empresa, uma vez que este fica retido na mesma, não o devolvendo ao produtor.

A jornada de trabalho: o controle do tempo, trabalho e produção do camponês

Iniciaremos para falar de trabalho esboçando a lógica da agricultura camponesa, ou seja, o tempo de produção e o trabalho estão vinculados às dinâmicas da natureza e quem “move é força do trabalho familiar” (TAVARES, 1984, p. 27). Na produção camponesa a força de trabalho é caracteriza pelo seu valor de uso e cada

membro da família possui um significado na unidade produtiva, “desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, resultando numa jornada de trabalho combinada por vários membros da família” (TAVARES, 1984, p. 27).

Entretanto, a jornada de trabalho na agricultura capitalista a lógica está comprometida com a técnica, eficiência e principalmente a rapidez buscando imprimir um ritmo acelerado de produção intervindo nos processos naturais, modificando as características do solo, através do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas. Sendo assim, percebemos duas dinâmicas distintas e antagônicas e que estão em disputa campo (BOMBARDI, 2011).

A organização do trabalho no cultivo do pepino segue os processos do pacote técnico adotado pela empresa, ou seja, o camponês se vê obrigado a realizar atividades submetendo-se ao tempo e a rotina de trabalho imposto pela empresa.

De modo geral, constatamos que as formas de alterações de trabalho são recorrentes na história e estamos diante da produção destrutiva do capital (THOMAZ JUNIOR, 2010), em face ao nosso recorte de estudo, no qual vemos que as famílias produtores de pepinos se vêm sem autonomia do cultivo e são controladas pelo tempo imposto pela empresa e, principalmente pela “ação” dos agrotóxicos, uma vez que não há políticas públicas que apareçam como alternativa a essa integração destrutiva.

Relataremos então a jornada de trabalho na produção de pepinos segundo as entrevistas que realizamos em campo para que assim possamos ter exemplos da nossa bibliografia. No início do processo de cultivo o primeiro trabalho seria de separar e preparar o espaço onde será implantado o cultivo, para isso é necessário dessecar a terra (com uso de agroquímico) e quando necessário cercá-la, para que os animais não se aproximem (sobretudo galinhas e gado). Depois, inicia-se a processo de construção da estrutura física que compõe a base da roça do pepino, com implantação de palanques (feitos de eucalipto e muitas vezes retirados da própria propriedade da família) e arames de aço para criar a parede onde se prenderão os pés de pepino, e, por fim, amarram os fios de *nylon* que servirão de condutores durante o crescimento dos pés de pepino até o topo da parede.

Conforme relato das famílias o primeiro momento antes de começar a florescer, é o momento mais intenso de trabalho, pois eles precisam pulverizar com os pesticidas e o hormônio com maior frequência. Segundo relato,

Quando começa a brotar o pepino, é a roça quem manda em você, sem poder descuidar em nenhum momento, e nem passar o horário de aplicação dos venenos, conforme orientado pelo técnico da empresa, pois se houver descuido na aplicação dos produtos, vai sair do padrão e vai ser rejeitado pela indústria. (ENTREVISTADO, concedida no dia 14/10/2017, no Assentamento São Paulo no Município de Presidente Epitácio-SP) **grifos nossos.**

Depois que os pés de pepinos já adquirem tamanho suficiente para se prenderem aos fios de nylon o cuidado se volta para manter a irrigação, a aplicação dos agrotóxicos e a poda da planta. Este processo é considerado como um trabalho mais leve. Observamos que o trabalho com aplicação de agrotóxicos é sempre do homem.

O segundo estágio do processo de pulverização intensa é durante a colheita, que envolve toda a família. Em alguns casos é necessário contratar mão-de-obra dos vizinhos para auxiliar neste período de colheita a fim de que se colha em tempo hábil para que não haja perda de produção por pepinos que estejam fora do padrão adotado

pela empresa. E a colheita deve ser concentrada durante o período do início da manhã e do final da tarde, para que não se tenha interferência do calor intenso sobre a qualidade dos pepinos.

Dessa maneira o capital amplia a jornada de trabalho “verifica –se uma utilização extensa da força de trabalho familiar, plasmando –se numa forma de exploração absoluta do trabalho e do sobretrabalho camponês” (TAVARES, 1984, p.61). O mesmo autor compreende a subordinação do trabalho atribuindo as características da subordinação formal e real do trabalho ao capital.

Num primeiro momento têm-se a subordinação formal do trabalho ao capital na medida em que o capital ainda não domina toda a forma social da produção, ou seja:

O capital subordina o processo de trabalho tal como ele se desenvolvia anteriormente e, ao subordiná-lo, imprime ao processo de trabalho já constituído duas marcas. Por um lado há uma maior continuidade e uma crescente intensidade do trabalho [...]. Por outro lado, para se aumentar a taxa de exploração do trabalho, deve-se recorrer ao aumento da jornada de trabalho, a fim de dilatar o tempo de trabalho excedente, gerando uma mais-valia absoluta. (TAVARES, 1984, p.127).

Marx (1971) ⁸ estabelece que “a produção da mais-valia absoluta corresponde à submissão do trabalho formal” e a submissão real do trabalho ao capital era consequência da produção da mais-valia relativa, nesta fase a subordinação se desenvolve pelas relações sociais entre os capitalistas e os detentores da força de trabalho, em nosso caso de estudo, a relação entre a empresa e as famílias camponesas. Neste “o processo de trabalho já foi transformado pela produção capitalista, de modo a poder suportar a redução do trabalho excedente e assim gerar a mais-valia relativa” (SANTOS, 1984, P.126).

Sendo assim, o camponês tem sua condição de trabalho explorada pelo capital. Tavares (1984) ainda nos afirma que o processo de trabalho continua sendo o mesmo, ou seja, o lote e a força de trabalho continuam pertencendo ao camponês, no entanto, “o modo de produção capitalista imprime uma determinação fundamental ao processo de trabalho camponês, [...], além disso, verifica-se um controle parcial sobre o processo de trabalho camponês, exercido pelo capital industrial” (TAVARES, 1984, p.129).

Em suma, a jornada de trabalho do camponês nessa situação é estritamente subordinada ao pacote tecnológico adotado pela empresa *Refricon* a partir do momento em que está determina sua produção controlando seu tempo e espaço. Uma variante que observamos em campo resultado desse processo de subordinação é o uso intensificado de agrotóxicos, em nossas entrevistas preocupamo-nos em demonstrar a perversidade da exposição aos venenos.

Em escala mundial sabe-se que o Brasil lidera o ranking no consumo de agrotóxicos. Desde 2009, segundo dados coletados no Dossiê ABRASCO o processo de produção agrícola no Brasil está cada vez mais sujeito ao uso dos agrotóxicos. O país consome sozinho cerca de 1/5 de agrotóxico, o que Bombardi chama de “epidemia silenciosa e violenta envolvendo camponeses, trabalhadores rurais seus familiares e, também, a população urbana em geral, sobretudo aquela que habita áreas próximas às grandes produções agrícolas” (BOMBARDI, 2012, p.01). Convém destacar que o uso

⁸ Marx (1971) apud Tavares (1984).

de agrotóxicos se insere nos moldes da Revolução Verde conhecida como a modernização conservadora “tomada pelos atributos agroquímicos e mecânicos” (THOMAZ JUNIOR, 2010, p.178).

É alarmante o uso de agrotóxicos. Esse aumento em escala mundial é em função principalmente da produção de combustível através da produção de alimentos (leia-se *commodities*) o que leva a produção em massa e a necessidade de intensificar e expandir sua produção. Desses destaca-se principalmente o cultivo de soja, milho e cana de açúcar. O Brasil possui a maior área de plantação dessas *commodities*, lembrando que o país também os exporta, explicando dessa forma o uso aumento do consumo dos agrotóxicos e a expansão do agronegócio.

Cabe ressaltar que as maiores empresas na produção dos agrotóxicos são de capital estrangeiro, tais elas como: Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), Monsanto e tantas outras que controlam o mercado dos venenos e isso revela como a agricultura brasileira está monopolizada pela capital internacional (BOMBARDI, 2011).

Considerando esses dados em escala do Pontal do Paranapanema, nosso recorte de estudo, sobretudo na produção dos pepinos, observou que “a reprodução do capitalismo no campo se dá através da subordinação da renda da terra (seja ela camponesa ou não) ao capital. Esta apropriação da renda da terra é realizada quando se utiliza um insumo industrializado para produzir” (BOMBARDI, 2011). Em nossas entrevistas todos os produtores procuram de alguma forma nos relatar sobre como o uso intensificado de agrotóxicos:

[...] a gente plantou com um pensamento que ia dá. Bom ai já começou com muito veneno, só tira produto, querendo mata todo mundo com veneno, e assim foi ruim. Tudo foi ruim, apesar do veneno veio as lagarta e a doença venceu tudo, mesmo com veneno. (ENTREVISTADO, concedida no dia 14/10/2017, no Assentamento São Paulo no Município de Presidente Epitácio-SP).

Era cedo e a tarde em fia. Era máquina de veneno. Máquina de veneno que se não imagina de produto o dia inteiro no pepino. (ENTREVISTADO, concedida no dia 02/06/2017, no Assentamento Guarani no Município de Sandovalina-SP).

Nos trabalhos de campo presenciamos a aplicação do veneno com o costal e sem nenhum tipo de EPI's. Ao questionarmos o motivo do não uso, a maioria dos produtores afirmava “não sentir nada” no momento da aplicação e que muitas vezes o técnico não os instruía sobre o uso. Em contraposição, alguns diziam sentir reação no momento de aplicação.

Eu usava uma máscara e uma luva só. [...] Às vezes quando eu colhia dava alergia nos braços, mesmo com a luva (ENTREVISTAD, concedida no dia 10/08/2016, no Assentamento Margarida Alves no Município de Mirante do Paranapanema-SP 2016).

De acordo com pesquisa de Bombardi (2013) há um número alarmante e silencioso de pessoas que são intoxicadas pelo uso e manuseio excessivo de agrotóxicos agrícolas. Em vários casos, muitos levados a óbito por uso direto ou consequência (BOMBARDI, 2013). Em nosso estudo até o momento não identificamos nenhuma pessoa intoxicada diretamente na produção de pepinos. Porém foram relatados casos de reações alérgicas. Por isso é importante enfatizamos estes agravos.

Fotografia (04): Momento de aplicação do agrotóxico



Fonte: Trabalho de Campo, Data/CETAS.

A subordinação dos camponeses está alinhada ao processo de monopolização dos territórios, Oliveira ressalta:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (...), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios (p.233).

Permanecer integrados a produção do pepino faz parte de uma estratégia de sobrevivência e reprodução do campesinato, frente à escassez de políticas públicas voltadas a produção de alimentos. Desta forma os camponeses assentados, sem perspectivas encontram no plantio do pepino integrado a empresa Refricom uma crença de renda por vezes garantida, rápida e economicamente viável.

A subordinação da renda

O processo de integração revela de forma emblemática a subordinação da renda camponesa ao capital, a falência das políticas públicas voltadas para manutenção da unidade camponesa vincula a geração da renda do camponês ao capital industrial, o qual por meio da integração impõe controle a rotina de trabalho e subordina a renda camponesa através de estratégias de endividamento das famílias presentes na compra de mercadorias necessárias para iniciar a produção, conjuntamente com os baixos preços ofertados pela empresa às famílias integradas no plantio de pepino.

Segundo relatos dos assentados essa integração com a empresa se deu após reuniões com os técnicos da empresa e os assentados do assentamento São Paulo. Naquele momento foram selecionados cinco famílias para iniciar o cultivo, onde todos prepararam simultaneamente um hectare de terra dos seus lotes e realizaram o plantio de quatro mil pés de pepino da variedade SASSY Híbrido. Nesse processo o custo do transporte para a indústria é de responsabilidade dos produtores, por isso organizaram-se conjuntamente para enviar a produção, retirando de cena à figura do atravessador, barateando assim o preço do frete.

Fotografia (05): Momento de carregamento do frete



Fonte: Trabalho de Campo, Data/CETAS.

Nessa relação acordada verbalmente a empresa “adianta” aos produtores os agrotóxicos, sementes, adubos, lonas, arrames e demais ferramentas necessárias para a montagem da estrutura, o que resulta logo de início no processo de endividamento. Há famílias endividadas que permanecem no cultivo do pepino, justamente pela necessidade de pagamento pela dívida contraída junto à empresa, entrando num círculo de dependência e subordinação, uma vez que de acordo com sua ordem moral devem cumprir o acordado. Como apresenta BOMBARDI, (2004, p.258) “para o camponês, estar endividado é sinônimo de vergonha”. Deste modo, parte de sua renda é destinada a cobrir os gastos iniciais, os quais foram antecipados pela empresa.

Entendemos com isso a manifestação de uma das facetas da subordinação da empresa que usa da moral do camponês para empregar seu pacote de exploração, além de que, a empresa não precisa estar diretamente produzindo no campo, mas encontram formas de se apropriar e subordinar a produção (BOMBARDI, 2011).

Podemos afirmar que a geração de renda da terra no processo de trabalho camponês não significa apropriação pelo mesmo, pois, a renda territorial gerada através de seu trabalho é apropriada em parte pelo capital industrial (TAVARES, 1984, p.50). Apenas parte do montante pago pela empresa retorna para reprodução das condições de

vida das famílias, endereçando-se grande montante para arcar com o custeio da infraestrutura necessária para o início e manutenção da produção de pepinos. A necessidade de obter meios de troca monetários, aliados a falta de políticas públicas voltadas para agricultura camponesa força os camponeses ao processo de integração.

Desta forma, partindo do entendimento de Oliveira (1986):

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra (p.67).

A realidade presente nos lotes dos assentamentos do Pontal do Paranapanema integrados a produção de pepinos manifestam essa dinâmica de subordinação da renda e trabalho dos camponeses. Os quais encontram na subordinação uma forma de resistência, mesmo que vinculada ao capital. A renda que tanto necessitam para reprodução de sua unidade familiar encontra-se atualmente no cultivo de pepino para indústria (Refricom Mercantil), colocando-o em uma situação de exploração contínua, haja vista que sua renda é drenada pelo capital desde início do processo do plantio.

Para honrar as dívidas adquiridas e frente à escassez de alternativas continuam no plantio de pepino trabalhando “dia a dia, sol a sol, sem descanso, feriados e dia santo”. Enquanto camponeses seu sobretrabalho não visa o acúmulo e reprodução do capital, o trabalho envolve todos os membros da unidade familiar e estende-se por horas (10-12 horas) não com intuito de alcançar patamares ótimos de lucratividade, mas sim de reproduzir a existência familiar no lote.

Tanto sua renda, como seu trabalho vincula-se ao capital nesse processo contraditório, onde o camponês mante-se proprietário dos seus meios de produção e supostamente autônomo em relação ao seu processo e rotina de trabalho. Mas, a realidade aponta em uma direção contrária quando observamos a rotina de trabalho na plantação de pepino sendo determinada pelos procedimentos e padrões exigidos pela empresa. A lógica adotada vincula-se aos processos industriais exigindo uma padronização dos pepinos, o que conseqüentemente coloca o camponês em um processo de trabalho cronometrado sob a pena de grandes perdas da produção. Pois, quando há “descuido” os pepinos recebem quantidade maior de insumo e crescem além do tamanho desejado esteticamente pelo mercado.

O insucesso de uma safra significa o endividamento constante da família camponesa; a grande maioria se mantém no processo de integração adquirindo empréstimos da empresa para arcar com os custos do plantio e saldando as dívidas quando recebem as safras. Desta forma, uma safra perdida ou fora dos padrões leva a unidade familiar ao endividamento permanente, forçando em alguns casos a continuar no plantio com a esperança de que nas próximas haja a possibilidade de quitar as dívidas e obter alguma renda.

Considerações finais

Em suma, a lógica desenvolvida pela empresa Refricom vem por meio dos seus “atrativos de lucratividade” controlar o tempo, a parte de sua produção e suas técnicas de trabalho da família camponesa. As formas de subordinação acontecem quando a empresa se apropria do que se produz na terra, de que forma se trabalha e quanto pretende pagar por esse processo.

Através das informações orais, até o momento, observamos como o pacote de produção imposto pela empresa altera as formas de produção dos camponeses os submetendo a intensas horas de trabalho e ficando expostos a grandes quantidades dos venenos em todo ciclo da produção do pepino (desde o preparo até a colheita, cerca de 90 dias).

Conclua-se também que a produção dos pepinos é uma perspectiva de renda aos camponeses, mesmo que subordinada a empresa, pois em vários campos sempre nos era salientado a escassez de políticas públicas.

Referências bibliográficas

ABRASCO, Dossiê. **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1ª edição. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

BENINI, L.O; FELICIANO, C. A. **Entre O Campo e a Cidade: Reflexões Sobre o Espaço Da Juventude Camponesa**. Revista Pegada – vol. 17 n.2, p. 208-225, dez.2006.

BENINI, L.O. **Subordinação e resistência camponesa na disputa Territorial no Pontal do Paranapanema: O caso dos “integrados ao veneno” na produção de pepinos para conserva**. Relatório de Qualificação – Departamento de Pós – Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2018, 285 p.

BOMBARDI, L M. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. Direitos Humanos no Brasil 2012. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2012.

_____ **Agrotóxicos: uma arma silenciosa contra os direitos humanos**. Direitos humanos no Brasil 2013: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2013.

_____ A Subordinação da Renda da Terra Camponesa ao Capital. In: BOMBARDI, L M. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. 1ª edição. ed. São Paulo: Annablume, 2004. cap. IV, p. 249-280. v. 1.

_____ **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. In: Boletim Dataluta. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1 - 21.

_____. **Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil.** Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa:** Terras (re) tomadas. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). 2009. 575f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

MARTINS, C. N. **Pepino: produção triplicada.** Revista Cultivar Hortaliças e Frutas, Pelotas, n. 24, 2004.

MARTINS, M.A; CANTARUTTI, D.C; SOARES, G.O.S. **A relação da subordinação do trabalho e da renda dos assentados encontradas nas dinâmicas de produção de pepinos para conserva no Pontal do Paranapanema-SP.** In: XVIII Jornada do Trabalho, 2017. Goiânia. *Anais.* 2017.

MARQUES, Marta. **Campesinato e luta pela terra no Brasil.** In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), *Procesos territoriales em Argentina y Brasil.* Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

TAVARES, J. V. T. A subordinação do trabalho ao camponês. In: **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Segunda Edição, 1984. p. 69-134.

THOMAZ JUNIOR, A. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: THOMAZ JUNIOR, A; FRANÇA JUNIOR, L B (Org.). **Geografia e Trabalho no século XXI.** 1ª edição. ed. Presidente Prudente: Entelha, 2010. p. 176-216. v. 5.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

_____. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

ORIGUELA, C. F. A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP. In: XIII Jornada do Trabalho, 2012, Presidente Prudente. XIII Jornada do Trabalho -, 2012.